



O DISCURSO DAS COMPETÊNCIAS GERAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

“O cidadão que queremos formar”

Jacyelle Karinne Bento¹
jacyellekbento@gmail.com

Maria do Socorro Aguiar de Oliveira
Cavalcante²
mdosaoc@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o discurso das competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a partir de um recorte de sequências discursivas retiradas das dez competências gerais, buscando responder a seguinte questão: que tipo de “cidadão” o Estado pretende formar na Educação Básica? Para tanto, recorreremos ao referencial teórico e metodológico da Análise do Discurso francesa, segundo o qual o discurso é entendido como prática social, lugar de materialização da ideologia. Concluímos por meio da análise das sequências discursivas que o discurso das competências gerais para a Educação Básica presentes na BNCC, reproduz o discurso do mercado, valorizando o saber prático para resolver problemas do cotidiano em detrimento do saber científico, além do desenvolvimento de características necessárias para a formação de um bom trabalhador para o mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso - Competências Gerais - Educação Básica - Base Nacional Comum Curricular.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar o discurso das competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a partir de um recorte de sequências discursivas retiradas das dez competências gerais, buscando responder a seguinte questão: que tipo de “cidadão” o Estado pretende formar na Educação Básica? Na BNCC, a categoria competência é definida como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p.8). As competências gerais estão presentes na introdução da BNCC e são apresentadas como um elemento norteador para o trabalho escolar, uma vez que, as aprendizagens essenciais, que são os conhecimentos que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e

¹ Pedagoga, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas. Atualmente é professora associada 2 da Universidade Federal de Alagoas. Atua como docente, no Programa de Mestrado e doutorado em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação e no Programa de Mestrado e Doutorado em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da UFAL. É líder do grupo de pesquisa Políticas públicas: história e discurso.



modalidades da Educação Básica, devem ter como objetivo assegurar aos estudantes o desenvolvimento dessas competências. A partir do referencial teórico e metodológico da Análise do Discurso (AD) francesa, foi possível compreender que o discurso materializado nas competências gerais (re)velam o pensamento ideológico da BNCC, uma vez que específica nas competências gerais o que o estudante precisa ter desenvolvido até o fim de sua formação básica.

2 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-MEDOLÓGICOS

Este artigo será norteado pelos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso (AD) francesa, filiada à Michel Pêcheux. A AD não se limita a um estudo puramente linguístico, buscando entender a língua apenas por seus elementos sintáticos. Segundo Orlandi (2009, p. 15),

a Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. Na análise do discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.

Ou seja, na AD, entende-se o discurso como práxis e para entendê-lo é necessário considerar a conjuntura política, social, cultural e ideológica em que é produzido. Ao eleger o discurso como objeto de estudo da AD, Pêcheux nos mostra que a AD tem como função, explicar como o discurso produz sentidos, esclarecendo as relações destes sentidos com a ideologia (FLORÊNCIO et. al., 2009). Segundo os referidos autores (2009, p. 25), “todo discurso é produzido socialmente, em um momento histórico”. Ele não nasce a partir do nada, mas sim de um trabalho sobre outros discursos, materializando-se através da linguagem para responder as necessidades colocadas pelas relações entre os homens, para a produção e reprodução de sua existência. Portanto, para responder a nossa questão norteadora se faz necessário investigar as Condições de Produção do Discurso a ser analisado, pois elas dizem respeito à totalidade do processo sócio histórico em que as materialidades discursivas a serem analisadas, foram produzidas. Segundo Amaral (1999, p. 18),



tratar das condições de produção do discurso requer compreender o processo das determinações sociais, políticas e econômicas da produção intelectual em geral, designada pela teoria marxista como formas de consciência ou formações ideológicas. A produção intelectual é concretamente organizada e explicitada em forma de discursos. É como discurso que ela tem efeitos de sentido, atua na realidade e provoca mudanças nas mesmas relações sociais que a originam.

As Condições de Produção do Discurso possuem duas dimensões: amplas que dizem respeito às relações de produção do discurso com sua carga sócio-histórico-ideológica e atuam no processo de constituição de sentidos, trazendo a memória discursiva, buscando aquilo que foi produzido anteriormente pelas instituições; estritas, que dizem respeito às condições imediatas da enunciação que são importantes para a sua formulação (MELO, 2011). Para analisar o discurso materializado nas competências gerais da BNCC, se faz necessário entender as suas condições de produção amplas e estritas, uma vez que a BNCC é produto de uma sociedade capitalista em crise mundial e foi formulada em um contexto nacional de desigualdade econômica, social, educacional e cultural.

3 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO AMPLAS E ESTRITAS DO DISCURSO DAS COMPETÊNCIAS GERAIS DA BNCC

Segundo Bottomore (2001, p. 51): o capitalismo “é a denominação do modo de produção em que o capital, sob suas diferentes formas, é o principal meio de produção”. Com a consolidação desse sistema, temos profundas mudanças nas relações sociais, pois surgem duas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado. Essas duas classes são antagônicas, pois o proletariado é a classe de trabalhadores desprovidos de propriedade e de qualquer meio de produção, que vende a sua força de trabalho para sobreviver; a burguesia, por sua vez, é a classe detentora do capital, proprietária dos meios de produção, que compra essa força de trabalho por uma pequena parte do seu valor real e extrai assim a mais-valia. Segundo Frigotto (2018, p 18-19) o capitalismo é um modo de produção “que tem em sua estrutura a crise como seu motor”, ou seja, as crises são fenômenos próprios do sistema de produção capitalista, e têm origem, segundo Costa (2012, p. 132), na “contradição central entre o caráter social da produção e a apropriação privada de seus resultados, ocorrem com periodicidade regular desde os primórdios deste modo de produção”. No entanto, diferente das crises anteriores, a atual é universal e global, pois atinge todas as esferas da vida e mesmo



ocorrendo em determinado ponto do mundo tem reflexos gerais. Nesse contexto, há que se considerar o papel do Estado, pilar indestrutível do capitalismo cuja função no dizer de Mézàros (2002), é gerir os interesses do capital. Como diz Gruppi (1987, p. 27), o Estado é uma necessidade para a manutenção do sistema capitalista, uma vez que “é parte essencial da estrutura econômica, é um elemento essencial da estrutura econômica, justamente porque a garante”. Ainda a esse respeito, Mézàros (2002, p. 106-107) nos diz que,

[...] a formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. O capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno [...]. Compreensivelmente, a atual crise estrutural do capital afeta em profundidade todas as instituições do Estado e os métodos organizacionais correspondentes.

Dentro desse contexto de crise mundial do sistema de produção capitalista, o Brasil se apresenta com enorme desigualdade econômica, social, educacional e cultural, produto histórico de ditaduras e golpes da classe dominante para manutenção de seus privilégios (FRIGOTTO, 2018). Nesse contexto, a educação brasileira não fica imune aos ditames do capital, uma vez que sempre foi um importante dispositivo de regulação para o projeto de sociedade das classes dominantes. É nessa conjuntura que BNCC foi apresentada no site oficial (BRASIL, 2018), como resultado de grandes avanços, pois com a sua implantação a educação brasileira irá se alinhar aos melhores e mais qualificados sistemas educacionais do mundo, uma “nova era”. Teve o início de sua elaboração no primeiro semestre de 2015, ainda no governo Dilma havendo duas versões da BNCC até o governo Temer aprovar a terceira versão no fim de 2017. No site oficial afirma-se que o processo de elaboração do documento foi democrático, com o envolvimento de educadores e sociedade e busca atender a uma demanda prevista no Plano Nacional de Educação, no entanto, a BNCC foi uma exigência dos organismos internacionais, pois, segundo Marsiglia et. al. (2017, p. 108),

[...] em seu processo de produção e organização, reuniu membros de associações científicas representativas das diversas áreas do conhecimento de Universidades públicas, o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime) e fundamentalmente representantes dos aparelhos privados de hegemonia da classe empresarial que compõem a ONG Movimento pela Base Nacional Comum.



A ONG Movimento pela Base Nacional Comum, que atuou de maneira incisiva no processo de elaboração da BNCC, é composta, por fundações e institutos da iniciativa privada, como: Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna, Instituto Inspirare, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Itaú BBA, entre outros que são financiados por organismos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Para Lima; Favaro (2009, p. 308),

[...] em tempos de mundialização do capital e de flexibilização do trabalho humano, marcados por mudanças tecnológicas e pela recomposição do sistema produtivo, o conhecimento assume papel relevante no contexto ideológico da sociedade capitalista e, por decorrência, há um revigoramento do mito de valorização da educação por sua relevância para o desenvolvimento das nações, voltando esta ao cerne das discussões políticas e econômicas. As propostas globalizantes são veiculadas por organizações multilaterais, como o Banco Mundial, articulador do processo de integração das nações ao liberalismo. Pautados nestas diretrizes, os países vêm promovendo ajustes em suas economias, bem como reformas sociais e educacionais para ajustar-se aos novos padrões de acumulação da sociedade capitalista.

Pressupomos então que a educação pública está sendo utilizada para atender à demanda das classes dominantes para manutenção e alinhamento as novas configurações da sociedade capitalista. No tópico a seguir faremos a análise do discurso das competências gerais da BNCC, buscando compreender os efeitos de sentidos produzidos correlacionado com as condições de produção amplas e estritas vistas anteriormente.

4 ANALISANDO O DISCURSO DAS COMPETÊNCIAS GERAIS: O MUNDO DO TRABALHO NA BNCC

A partir das Condições de Produção constituímos o nosso *corpus* de pesquisa com discursos materializados nas competências gerais da Educação Básica que estão presentes na introdução da BNCC, tendo como norte o referencial da Análise do Discurso. As seqüências discursivas são as formas concretas do discurso, é a partir da análise delas, que podemos identificar as posições que o sujeito ocupa em relação às Formações Ideológicas. São dez as competências gerais para a Educação Básica apresentadas na introdução da BNCC, no entanto serão objeto da nossa análise, neste artigo, apenas três. Consideramos que as seqüências



discursivas selecionadas estão posicionadas em uma mesma Formação Ideológica. Essas sequências discursivas (SD) foram selecionadas, buscando responder nossa questão norteadora, que tipo de “cidadão” o Estado pretende formar na Educação Básica.

SD1 – 6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BRASIL, 2018, p. 9)

SD2 – 8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas. (BRASIL, 2018, p. 10)

SD3 – 10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2018, p. 10)

Para além das particularidades de cada sequência discursiva selecionada, é possível localizar na SD1, SD2 e SD3 características que um bom profissional deve oferecer para o mercado de trabalho, seria então, a preparação de um trabalhador mais adequado às novas demandas da sociedade capitalista. Esse seria então o foco para o desenvolvimento das competências gerais na Educação Básica pois o discurso deste remete as competências profissionais necessárias ao mundo de trabalho (termo tão presente na BNCC). Para Nomeriano (2007, p. 59):

[...] as competências profissionais consistiriam na mobilização, por parte do trabalhador, de valores, conhecimentos e habilidades para a resolução de problemas tanto rotineiros quanto inusitados no campo profissional. Em contextos sócio econômicos tão instáveis, o desenvolvimento de competências profissionais proporcionaria condições de laboralidade ao trabalhador.

A SD1 ao enunciar que o indivíduo deve “apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho”, atribui ao trabalhador a responsabilidade pela apropriação de conhecimentos e saberes que “lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho”. Ou seja, esses conhecimentos e saberes estão disponíveis, cabe apenas ao aluno trabalhador apropriar-se deles para entender as relações próprias do mundo do trabalho? Que relações são essas? As relações de mando e subordinação próprias do modo de produção capitalista em que há papéis determinados na hierarquia na empresa, ou seja, quem manda e quem obedece, qual papel cada um deve exercer no mundo do trabalho (alienado).



A SD2 ao enunciar “cuidar de sua saúde física e emocional”, nos remete ao cuidado individual que cada um deve ter sobre sua saúde, quem o faz adoecer menos e produz mais, porém caso desenvolva algum problema de saúde, é culpa exclusivamente do indivíduo que “não se conhece e não se aprecia” e não as suas condições insalubres de trabalho; “reconhecer suas emoções e a dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas”, o indivíduo deve buscar menos atritos no ambiente de trabalho, evitar desgastes, sempre fazendo uma autocrítica (a sua culpa) em cada possível situação.

A SD3 instiga o indivíduo a agir com “autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação”, características que estão em alta no “mundo de trabalho”, pois resiliência é a palavra da vez caracterizando o ser humano que mesmo com as adversidades se adapta as novas demandas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um primeiro momento o discurso das competências gerais pode encher os olhos daqueles que fazem sua leitura, podendo produzir consenso que este é o cidadão que (nós) queremos formar. Nós? Quem? O Estado e o mercado de trabalho. Compreendemos a partir da análise das sequências discursivas que as competências gerais reforçam as atuais relações de dominação e exploração do trabalhador além de impor novas formas de disciplina e controle da mão de obra. Apesar de aparentemente modernizar as práticas educativas o que percebemos é a formação de indivíduos que estejam ajustados às novas demandas do sistema de produção capitalista. A SD1, SD2 e a SD3 materializam o discurso de uma Formação Ideológica Neoliberal, pois o desenvolvimento das competências gerais, que devem estar alinhadas nas três etapas (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) da Educação Básica, ao reproduzir esses discursos, atende aos interesses privados da classe empresarial que participaram do processo de elaboração da BNCC, uma vez que prepara os estudantes para a sua futura condição de assalariado ou trabalhador informal.

REFERÊNCIAS

AMARAL. Maria Virgínia Borges. A (des)razão do mercado: efeitos de mudança no discurso da Qualidade Total. Tese de Doutorado, Maceió, Ufal, 1999.



BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. Brasília, 2018.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

COURTINE, Jean-Jacques. Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Paulo: Edufscar, 2009.

COSTA, Edmilson. A terceira onda da crise: o capitalismo no olho do furacão – desarticulação monetário-financeira, depressão prolongada e lutas sociais. IN: PINHEIRO, Milton (Org.). A reflexão marxista sobre os impasses do mundo atual. São Paulo: outras expressões, 2012, p. 129-170.

FLORÊNCIO, Ana Maria Gama; MAGALHÃES, Belmira; SOBRINHO, Helson Flávio da Silva; CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. Análise do Discurso: fundamentos & práticas. Maceió: EDUFAL, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. IN: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Escola “sem” partido : esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. p. 17-34

GRUPPI, Luciano. A concepção do Estado em Marx e Engels. In: _____. Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: LePM, 1987.

LIMA, Michelle Fernandes ; FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. Resenha do livro sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões? – Newton Duarte. IN: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. Especial, p. 308-3010, mai.2009 – ISSN: 1676-2584

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; PINA, Leonardo Docena; MACHADO, Vinícius de Oliveira; LIMA, Marcelo. A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. IN: Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abr. 2017.

MELO, Kátia M. S. de. Discurso, Consenso e Conflito: a (re)significação da profissão docente no Brasil. Maceió: EDUFAL, 2011.

MÉSZÁROS, István. A ordem da reprodução sociometabólica do capital. IN: _____. Para além do capital: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

NOMERIANO, Aline Soares. A educação do trabalhador, a pedagogia das competências e a crítica marxista. Maceió: EDUFAL, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.